

# Os ideais de sustentabilidade no turismo e sua aplicabilidade nos planos de turismo do estado do Espírito Santo

The ideals of sustainability in tourism and its applicability in tourism planning of the Espírito Santo state

Andrea BL Serpa<sup>1</sup>, Patrícia C. Fabríz<sup>1\*</sup>, Teresa C da-Silva-Rosa<sup>2</sup>

1. Formandas do curso de Graduação em Turismo da Universidade Vila Velha (UVV), Avenida Comissário José Dantas de Melo, n° 21, Boa Vista, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. CEP: 29102-920. 2. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/PPGSP - UVV (ES); Pesquisadora do NEUS e do NUARES (UVV, ES) “Mudanças Climáticas, conhecimento e vulnerabilidades”; Pesquisadora Colaboradora CINAIS e CERESAN; Avenida Comissário José Dantas de Melo, n° 21, Boa Vista, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. CEP: 29102-920.

\*Autor para correspondência: [fabriz.patricia@gmail.com](mailto:fabriz.patricia@gmail.com)

**Resumo** O presente artigo procura traçar, de maneira simples, um paralelo entre como se deu o desenvolvimento dos ideais de sustentabilidade no Turismo e como é possível observar este movimento nos planos de fomento e promoção da atividade turística traçado pelos órgãos competentes, utilizando-se de exemplo o estado do Espírito Santo. Para tal buscou-se um pouco da história e evolução do turismo no Brasil e análise dos planos e projetos futuros para o turismo neste estado, além de dados publicados no Anuário do Turismo no Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** turismo, sustentabilidade, evolução do turismo.

**Abstract** The present article seeks to trace, in a simple manner, a parallel between the development of the principles for sustainability in tourism and how it is possible to study the progress in these development plans and promotion of the tourism activities outlined by the competent bodies, giving the state of Espírito Santo as an example. For such, a bit of the history and evolution of tourism in Brazil was researched, as well as analysis plans and future projects for the tourism in this state, in addition to published data found in the Tourism Yearbook of Espírito Santo.

**Keywords:** tourism, sustainability, evolution of tourism.

## Introdução

A atividade turística no Brasil tem visto um crescimento nas últimas décadas o que, em alguns, casos acaba pressionando

comunidades tradicionais, estruturas urbanas ou mesmo ambientes naturais únicos. Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, o turismo é compreendido como sendo as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente atual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos (OMT 2003). Alguns autores associam tal crescimento com o fenômeno da ascensão econômica da chamada nova classe média brasileira, graças ao programa de redistribuição de rendas dos últimos anos, quando se observa um maior fluxo da atividade turística no país.

Segundo Ansarah (2004), o ser humano realiza viagens por diversas razões: para realização de desejos e necessidades vitais e que as facilidades do mundo contemporâneo “têm possibilitado o deslocamento crescente de turistas para vários destinos. Inserido nesse contexto, Ignarra (2003) chama atenção para os impactos físicos causados pelo turismo. Para o autor, sendo o turismo uma atividade que procura os aspectos diferenciais da paisagem, isto pode causar uma concentração de turistas em dado local, prejudicando o ambiente. Neste contexto, surge o ideal do desenvolvimento sustentável no turismo que, como aponta o autor, teve grande aceitação nos últimos anos. A atividade turística vem, assim, se adaptando a essa realidade, buscando a sustentabilidade ecológica, já que é vista “como um elemento muito importante para assegurar o bem estar para a população (Ignarra 2003). O tema do ecoturismo no Brasil emerge, enfim, neste contexto, principalmente, quando associado ao caso de Unidades de Conservação.

Considerando este contexto o presente artigo visa discutir a noção de turismo em associação com o ideal da sustentabilidade, buscando verificar em que medida os planos de turismo no Estado do Espírito Santo (Brasil) integram esta noção. Para tal foi feita uma revisão da literatura sobre o tema do ecoturismo; sobre o turismo no

país. Este artigo está, portanto, dividido em três partes. A primeira tem como objetivo discutir o conceito sob a ótica de vários autores. A segunda visa evidenciar a evolução histórica da atividade turística no Brasil; e a terceira parte se volta para o caso do Espírito Santo, apresentando, assim, os planos de turismo deste estado.

---

## Ecoturismo

Como afirma Swarbrooke (2002), o termo *ecoturismo* é bastante utilizado nos dias atuais e muitas vezes relacionado à ideia de turismo sustentável. Entretanto, o mesmo autor ressalva que esse é um termo pouco definido apesar de muito disseminado. De maneira simples, o autor descreve a atividade como o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa.

Dentre os conceitos da atividade que podem definir o que vem a ser ecoturismo, a OMT (2003) o descreve como sendo uma forma de turismo de natureza na qual dá-se a máxima consideração à conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, enfatizando-se a educação dos turistas quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo.

Fica evidente a relação que se estabelece entre a atividade turística e a preservação ambiental através da educação. Para o Ministério do Turismo Brasileiro – MTur, o ecoturismo é a atividade a ser desenvolvida de forma ecologicamente sustentável de modo a contribuir para a conscientização ambiental dos turistas. Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur 2010).

É fato que esta noção está relacionada ao movimento em favor da sustentabilidade do desenvolvimento, sendo esta compreendida como a (da-Silva-Rosa 2009). De fato, alguns autores consideram que, como assinala Gomes (2003), o ecoturismo surgiu como uma alternativa de turismo que veio ancorado ao pensamento do ambientalismo. O autor afirma ainda que o termo ecoturismo logrou maior receptividade, inicialmente, junto a organizações e entidades ambientalistas, porque já embutia uma mensagem conservacionista, defendidas por todas elas (Gomes 2003).

Portanto, compreende-se que ecoturismo é uma atividade que busca respeitar a sustentabilidade ecológica procurando deixar de lado uma concepção de turismo fundamentada numa visão de desenvolvimentista. Neste sentido, ele procura respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas onde se desenvolve. Enquanto princípio, este respeito impõe limites ao uso de áreas protegidas pelas atividades turísticas.

---

## Turismo nacional

O turismo no mundo tem uma história muito longa e antiga, acompanhando os deslocamentos humanos seja por quais motivos fossem. Entretanto, no Brasil, essa é uma prática recente quando comparada a outros países.

De acordo com Ignarra (2003), o turismo nacional tem início concomitantemente com seu descobrimento, com as primeiras expedições marítimas, que como pontua o autor, não deixavam de estar fazendo turismo de aventura. Ainda segundo este autor, com o estabelecimento das capitânicas hereditárias e do governo geral, outras formas de turismo surgiram tais como: (1) o turismo de negócios, relativo às relações comerciais entre a colônia e a metrópole portuguesa e (2) o turismo cultural caracterizado pelas viagens de intercâmbio realizadas pelos filhos das classes mais nobres, que iam à Portugal para estudar (Ignarra 2003)

O mesmo autor faz uma linha do tempo geral do processo de evolução do turismo no Brasil. Após a chegada da corte portuguesa à colônia, houve um considerável desenvolvimento urbano, o que acaba afastando a população do ambiente natural. Na segunda metade do século XIX, os transportes desenvolvem-se, principalmente, por causa dos investimentos do Visconde de Mauá, um notório industrial na época do Brasil Colônia que contribuiu para a modernização do país, e com isso, houve maior mobilidade das pessoas, sendo incentivadas as construções de hotéis, restaurantes e hospedarias, além da inauguração de estradas de ferro que iriam facilitar os deslocamentos da classe mais abastada.

Ainda com relação a evolução dos transportes no Brasil, o que se vê é o declínio do ferroviário seguido da emergência do rodoviário e do aéreo o que vai impactar positivamente a atividade turística, aumentando as possibilidades de mobilização. Como lembra Trigo (2000), o transporte aéreo no Brasil teve seu primeiro regulamento instituído em 1925, este submetia todas as atividades aéreas civis ao Ministério de Viação e Obras Públicas. Esta situação mudou com a criação do Departamento de Aviação Civil – DAC – em 1931, entretanto, este autor ainda afirma que “o tráfego aéreo no Brasil nasceu sob as asas da Lufthansa, a primeira empresa aérea instalada no Brasil (Trigo 2000). Essa fase do transporte aéreo impulsionou o turismo tanto interno como externo (Ignarra 2003).

Após este impulso da atividade turística proporcionada pela melhoria na mobilidade, cria-se o Sistema Nacional de Turismo e com ele a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR como Paiva (2003) assinala que, para garantir a expansão do turismo no Brasil, foi implantado, a partir de 1966, o Sistema Nacional de Turismo. O Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, tanto definiu que corresponderia à política nacional de turismo, como criou o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que, vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio, estabeleceu os primeiros incentivos fiscais e financeiros. Segundo Trigo (2000) a EMBRATUR passa a realizar periodicamente dados estatísticos sobre o turismo receptivo no país a partir do

ano de 1968. Fundos de investimentos regionais e setoriais foram criados no ano de 1974, como o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) e Fundo Geral do Turismo (Fungetur) que atraíram investimentos que se traduziram na construção de várias unidades hoteleiras no país. Entretanto, a EMBRATUR não se preocupava na época com a formação de mão-de-obra especializada nem com a preservação ambiental (Trigo 2000).

Durante este mesmo período, ocorreu a crise do petróleo e a recessão econômica (1974-1975), afetando o preço dos transportes, o que, indiretamente, afetou também outras áreas da atividade turística. Este momento de crise internacional, porém, contribuiu para o início de questionamentos a respeito dos impactos negativos que o turismo poderia gerar, como por exemplo, descaracterização cultural, problemas de saúde pública entre outros (Paiva 2003). Ainda em concordância com este autor, nos países desenvolvidos iniciaram-se discussões a respeito dos impactos ambientais, custos e benefícios sobre a economia e a capacidade de recepção de fluxos pelas regiões turísticas.

Afinal, o turismo é um fenômeno complexo, abrangente de todos os aspectos da sociedade, sejam eles econômicos, sociais, ambientais, políticos ou culturais. Tal visão faz surgir um novo conceito de turismo que busque o respeito às características locais e essa reação tem evoluído inclusive para uma concepção do turismo diferenciada, descobrindo formas de turismo harmoniosas, baseadas na autodeterminação das populações nativas e respeito à ecologia (Paiva 2003).

Cabe ressaltar que em 1972 ocorreu a primeira conferência da ONU voltada para a questão ambiental – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – que é um marco regulatório, pois, a partir dela, surgem, no Brasil, os primeiros órgãos governamentais e legislações ambientais. No Brasil, foram criadas no ano de 1974, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), o Instituto de Defesa Florestal e várias entidades públicas e privadas encarregadas de cuidar da natureza brasileira (Trigo 2000). A preocupação ambiental no país vem se desenvolvendo desde então, replicando uma tendência internacional que se intensifica.

Atualmente, Paiva (2003) afirma que as motivações turísticas devido às atribulações da vida moderna vêm se voltando para o turismo em ambientes naturais, o que demanda, no caso brasileiro, que a sua legislação atente para a questão ambiental. Quando comparado aos outros países de capitalismo tardio, o Brasil é o que possui uma das Constituições mais completas com relação ao meio ambiente, tendo um de seus capítulos dedicados a este assunto. Outro exemplo é o Decreto nº 86.176 de 06 de julho de 1981, que prevê que todos os planos e programas turísticos deverão assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural e estabelece normas de uso e ocupação do solo, pressupondo penalidades diversas, inclusive o embargo de obras (Paiva 2003).

Entretanto, a autora faz uma ressalva de que essa legislação tem, muitas vezes, sido ignorada assim como outras com a mesma finalidade, de racionalizar a atividade turística tendo como intuito

a conservação ambiental. Esta racionalização se torna mais relevante quando se sabe que o Brasil é um país com grande vocação para o turismo sustentável. Essa afirmação pode ser comprovada por uma citação da EMBRATUR feita em sua publicação Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados, de dezembro de 2002. O Brasil com seu vasto território, e variados tipos de atrativos turísticos, não apresenta problemas de natureza política, religiosa ou outros tipos de conflitos. O País possui a maior biodiversidade do planeta, concorrendo com regiões da Indonésia e da América Central, e é considerado um país de mega-diversidade, junto com os Estados Unidos, a Austrália, o México, a África do Sul e a Índia. (EMBRATUR 2002).

Através de sua legislação, o Estado brasileiro assume o papel de resguardar ambientes naturais, muitas vezes com características faunísticas ou florísticas únicas, de um uso sem qualquer regulação ou respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas. Enfim, a legislação brasileira relativa à atividade turística acaba integrando em seu discurso a preocupação com o impacto negativo que esta atividade pode provocar, exigindo, assim, dos estados e municípios, que suas políticas públicas repliquem o respeito a tal princípio.

---

## Turismo no Espírito Santo

De acordo com as conclusões obtidas pelo Anuário do Turismo no Espírito Santo, de outubro de 2010, o estado espírito-santense, hoje, tem crescido perante o cenário turístico nacional graças às características diversas existentes no Estado, não só culturais como também geográficas. Isso é afirmado no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025 (SETUR 2010c), que pontua a variedade de aspectos aqui existentes e que são positivos para a atividade turística: gastronomia, artesanato, arquitetura, aspectos geográficos e religiosos, entre outros. Muitos deles estão relacionados à formação cultural e étnica da população, uma mistura de índios, europeus, africanos e sul-americanos. Além disso, existe uma rica e distinta paisagem dentro do território capixaba, como montanhas, dunas e praias, contando com opções de bares e restaurantes principalmente concentrados na Região Metropolitana da Grande Vitória (SETUR 2010b). Isto é, o estado tem características que despertam o interesse para as atividades turísticas (SETUR 2010a).

Para o turismo, esta diversidade é fator bastante positivo. Entretanto, fica ainda mais evidente a necessidade de um planejamento para programar e direcionar esforços e recursos aos objetivos almejados. Quando este processo de planejamento ocorre de maneira ampla e conjunta, ele permite a troca de informações e conhecimentos sobre o mercado, promovendo a “interação e integração do trade, entendido como o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos; utilizado também como sinônimo de mercado ou de setor empresarial (SETUR 2010c). Procurando alcançar este objetivo do

planejamento - segundo a Política Nacional de Turismo e informações do Anuário - o Estado do Espírito Santo foi dividido territorialmente em dez regiões turísticas (Figura 1), visando adotar um planejamento que foque a exploração da diversidade cultural do estado.

Com base nessa divisão turística do estado, foi implantado o Programa de Regionalização, tendo um projeto-piloto em três regiões: do Verde e das Águas, das Montanhas Capixabas e a Metropolitana. Como citado no manual do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística, o objetivo é de se ter uma perspectiva turística mais regional, o que vai demandar uma coordenação de algumas ações. Nessas três áreas foram elaborados os planos de desenvolvimento sustentável das regiões turísticas, considerando as diretrizes do Plano Nacional de Turismo - 2003 e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo - 2025. A proposta é transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada e integrada em nosso Estado (SETUR 2010b).

O objetivo do Plano de Regionalização é garantir o bom resultado da atividade turística no desenvolvimento econômico sem se desligar de valores culturais, ambientais e sociais (SETUR 2010b). Desta forma, foi organizado em nove Módulos Operacionais, sendo que um deles – o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional – visa a deliberar o que será feito futuramente para atender aos objetivos de desenvolvimento da região, considerando os aspectos naturais e culturais de cada região. Um bom exemplo é o Plano de Regionalização da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, que será visto a seguir.

A RMGV é uma das mais desenvolvidas do estado, englobando os municípios de Fundão, Serra, Cariacica, Vila Velha, Vitória e Guarapari. Apesar de pertencer a essa região, apenas o município de Viana não foi inserido nesta proposta. Em relação à acessibilidade, a RMGV é bastante favorecida, o que é um aspecto positivo para a atividade turística na área. Suas principais rodovias federais incluem, a BR-101 Sul e Norte e a BR-262, ligando Cariacica à cidade de Belo Horizonte (MG). Existe a ferrovia Vitória-Minas que transporta cargas e passageiros entre Viana e Belo Horizonte; o aeroporto da cidade de Vitória e o transporte marítimo nos portos capixabas (SETUR 2010b).

Neste plano, os atrativos turísticos são divididos entre A, B e Complementares. Entre os atrativos considerados “A”, há os chamados “Estrela”, que são as principais ofertas, onde se incluem mergulho e pesca oceânica, a gastronomia capixaba e as panelas de barro das Paneleiras de Goiabeiras e, por fim, os Passos de Anchieta, um Evento religioso que recria o caminho percorrido pelo padre jesuíta José de Anchieta. Com duração de três dias, inicia-se no município de Vila Velha (ES) e tem como destino final o município de Anchieta (ES). Os gestores do Plano ressaltam que a matéria-prima dessas ofertas turísticas depende da sustentabilidade dos recursos naturais do estado. Já os atrativos considerados “B” exercem função estratégica para o caso de visitas prolongadas ou viagens de retorno

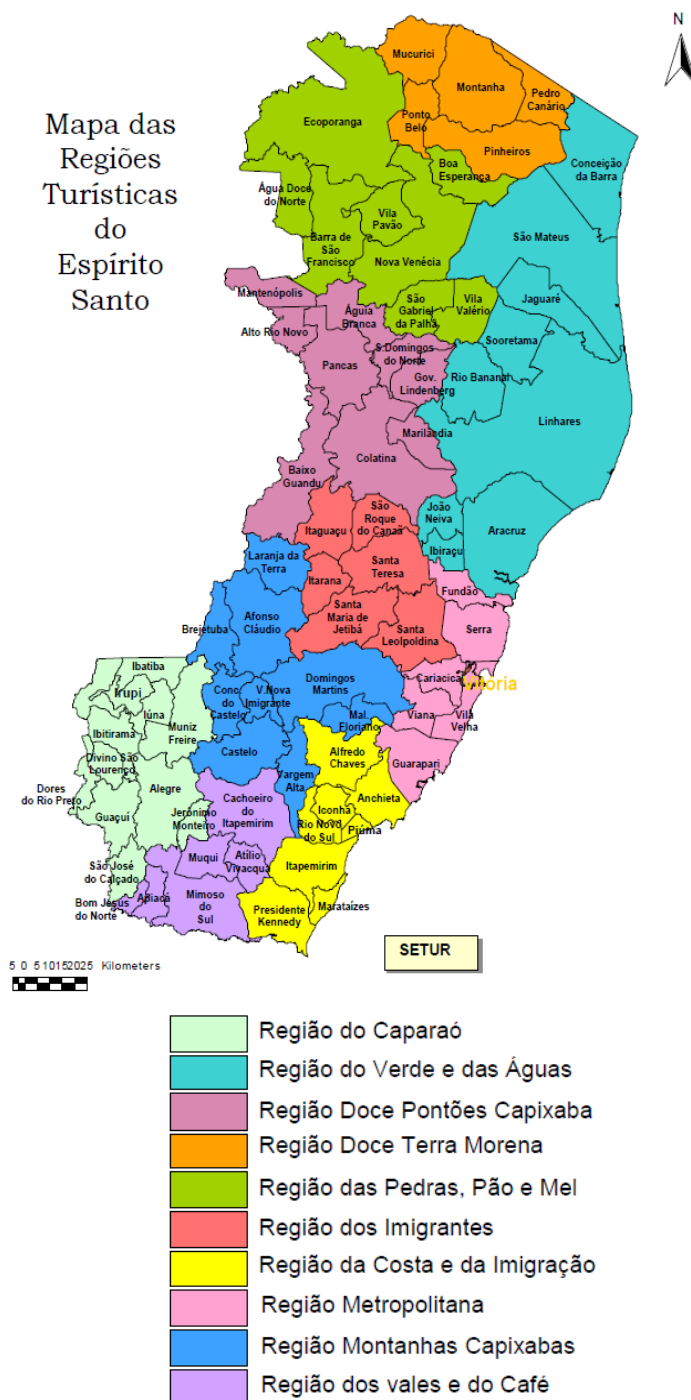


Figura 1: Mapa das Regiões Turísticas do Espírito Santo.  
Fonte: Secretaria Estadual de Turismo – SETUR.

à região. Os Complementares são vistos como uma possibilidade de ampliação das opções já existentes.

Apesar de a RMGV ser bem desenvolvida, no Plano, observou-se que são os atrativos naturais e as praias que mais atraem o turista. Isto revela que os parques naturais e unidades de conservação existentes no estado têm valor turístico por conta da natureza ofertada, aspecto que deve ser preservado por meio de propostas de turismo que respeitem os aspectos ambientais e a sustentabilidade.

Uma das fases de implantação do Plano de Regionalização é

o Plano de Ação, que conta com projetos específicos como o Selo de Responsabilidade Ambiental como um caminho sustentável para as comunidades e o turismo. Este projeto visa sensibilizar a comunidade, os empresários, entidades do setor público e privado para a relevância da conservação e recuperação dos recursos naturais, fator diretamente ligado à qualidade de vida da comunidade e ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável. O objetivo geral do projeto acima é o de sensibilizar a comunidade, o turista e, principalmente, o setor produtivo do turismo da importância da diminuição dos resíduos sólidos, bem como, na riqueza potencial do lixo seco como veículo de transformação para uma conduta sustentável e amiga dos recursos naturais. (SETUR 2010c).

Observa-se que, no âmbito da proposta de sustentabilidade da atividade turística, a sensibilização das empresas de turismo é uma das ações prioritárias, procurando incentivar a reciclagem, redução e reaproveitamento do lixo em hotéis e restaurantes, por exemplo. Ou seja, toda a ação precisará contar com o apoio eficaz de todos os atores envolvidos. Vale ressaltar que uma atividade de ecoturismo, tal como abordada anteriormente, não se restringe a estes aspectos, devendo se estender a preservação das paisagens típicas da RGMV (como é o caso do Morro do Convento da Penha) e da biodiversidade local. Cabe, assim, a estes atores (as empresas turísticas) contribuir para a conservação dos ecossistemas locais, sensibilizando os turistas para que respeitem a natureza e a cultura local. Desde que devidamente preservados, a natureza e a riqueza cultural da localidade passam, deste modo, a serem elementos efetivos de atratividade turística.

Para tal, faz-se necessário incentivar o planejamento da atividade. Sobre o planejamento para o desenvolvimento do turismo local, a OMT afirma que o planejamento oferece um guia para a tomada de decisões por ações futuras oportunas. O planejamento no turismo tem por objetivo levar determinados benefícios socioeconômicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico (OMT 2003).

A partir da afirmação feita pela OMT sobre o planejamento no setor turístico e das informações retiradas do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025 observa-se que a atividade turística no Espírito Santo toma um novo rumo. Confirma-se, portanto, o apontado pela autora Rocktaeschel (2006), que as políticas de turismo estão cada vez mais voltadas à sustentabilidade, promovendo a qualidade de vida das populações locais e a conservação dos recursos naturais, como é o caso do plano para a RGMV.

---

## Considerações finais

A atividade turística e os seus ideais evoluíram em conjunto com a sociedade moderna. Exemplo disso é a sua preocupação crescente com a sustentabilidade não só do meio ambiente, bem como

das comunidades locais, como uma forma de conquistar e garantir qualidade de vida no presente e para as gerações futuras. O turismo encontra, portanto, seu lugar neste contexto complexo na medida em que assume uma postura de preocupação com os impactos que pode causar através, por exemplo, do turismo de massa. Procurando contribuir para a sustentabilidade, ele procura utilizar-se dos recursos naturais e culturais de maneira sustentável, buscando sua conservação por meio da sensibilização por parte do turista de modo a que ele coloque em prática os princípios do pensamento ambientalista, aliando tudo isso à qualidade de vida das populações locais.

A procura por ambientes naturais tem, assim, crescido consideravelmente. Essa demanda, somada aos ideais de sustentabilidade e preservação ambiental representados pelo ecoturismo, podem ser percebidos de maneira clara nas políticas públicas de fomento à atividade turística, como no exemplo do estado do Espírito Santo. Este estado ainda possui o diferencial de oferecer variadas paisagens naturais, agradando a turistas que possuem características distintas, ou seja, os que preferem praia, montanhas, prática de esportes radicais, pesca, entre muitos outros, sem esquecer-se da diversidade cultural promovida pela mistura de diferentes povos em um mesmo território. Estes fatores são percebidos quando analisamos os planos de desenvolvimento do turismo para o estado, porém é necessário ressaltar uma vez mais a importância de um bom planejamento para que o potencial desta diversidade não se perca em um mau projeto e em um mau uso das riquezas naturais e culturais locais.

---

## Referências

- Ansarah MGR (2004) **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3 ed. São Paulo, SENAC, v 2.
- da-Silva-Rosa Teresa (2009) Os fundamentos do pensamento ecológico do desenvolvimento. In Veiga JE (org) **Economia Socioambiental**. São Paulo, Ed. SENAC pp 25-46.
- EMBRATUR (2002) Instituto Brasileiro de Turismo. **Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais Conservados**. Relatório Final. Dez. 2002. Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda\\_turistica/parques\\_naturais/downloads\\_parques\\_naturais/relatorioparques\\_29\\_06\\_06.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf)>. Acesso em 23 de maio de 2012.
- Gomes PM (2003) **(Eco)Turismo uma (re)leitura dos discursos**. Brasília, IBAMA.
- Ignarra LR (2003) **Fundamentos do Turismo**. 2 ed. São Paulo, Thomson.
- MTur (2010) Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2 ed. Brasília, Ministério do Turismo.
- OMT (2003) Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre, Bookman.
- Paiva MGMV (2003). **Sociologia do Turismo**. 8 ed. Campinas, Papirus.
- Rocktaeschel BMM (2006) **Terceirização em Áreas Protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo, SENAC.
- SETUR (2012a). Secretaria de Estado de Turismo. **Anuário do Turismo do Espírito Santo**. Outubro de 2010. Disponível em: <<http://www>>

[turismo.es.gov.br/\\_midias/pdf/664-4cd1849adf363.pdf](http://turismo.es.gov.br/_midias/pdf/664-4cd1849adf363.pdf)>. Acesso em 24 de maio de 2012.

SETUR (2012b). Secretaria de Estado de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística**: região metropolitana. Disponível em: <[http://www.turismo.es.gov.br/\\_midias/pdf/442-4c98b96f235df.pdf](http://www.turismo.es.gov.br/_midias/pdf/442-4c98b96f235df.pdf)>. Acesso em 24 de maio de 2012.

SETUR (2012c) Secretaria de Estado de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025**. Disponível em: <[http://www.turismo.es.gov.br/\\_midias/pdf/736-4d08e6aaec654.pdf](http://www.turismo.es.gov.br/_midias/pdf/736-4d08e6aaec654.pdf)>. Acesso em 24 de maio de 2012.

Swarbrooke J (2000) **Turismo Sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. Vol.5. São Paulo: Aleph, 2000.

Trigo LGG (2000) **Viagem na Memória**: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo, SENAC.